



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

**Ata da VI Reunião Extraordinária da Comissão Nacional e Combate à Desertificação**  
**- CNCD**

**Data:** 08 de dezembro de 2015

**Local:** Sede do MMA - Esplanada dos Ministérios, Bloco B – Sala 830

1   **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA)** – Deu as boas-vindas aos participantes da  
2   reunião, lembrando do evento comemorativo do Dia Internacional dos Solos, realizado no  
3   dia anterior, em que grande parte dos membros da comissão estavam presentes. Mostrou a  
4   pauta preliminar da reunião, à qual foi acrescentada uma apresentação da quadra chuvosa  
5   de 2016 por um representante do INMET. Propôs que cada membro se apresentasse, e deu  
6   sequência à pauta com um balanço da implementação do PAN Brasil e informações sobre a  
7   Política Nacional de Combate à Desertificação e mitigação dos efeitos da seca, recentemente sancionada pela Presidência da República.  
8

9   **O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS (ANA)** – Frisou a importância da discussão  
10   sobre solo, fazendo referência à fala do Sr. Francisco Campello, pois do ponto de vista da  
11   gestão de água o solo atua como um grande reservatório, e a ANA vem há muitos anos  
12   reforçando esta visão, e que os problemas de falta d'água em muitas regiões do Brasil estão  
13   muito mais ligados à impermeabilização de solo do que propriamente à redução de chuvas,  
14   lembrando que no semiárido a situação das chuvas é diferente das outras regiões. Falou  
15   sobre o Programa Produtor de Água, e que está em análise, reunindo as tecnologias de  
16   manejo sustentável de solos para começar a quantificar o potencial de produção de serviços  
17   ambientais e poder adaptar uma política de pagamento por serviços ambientais para o  
18   semiárido, como forma de estimular a reserva de água. Essa é uma parceria da ANA  
19   com a SEDR/MMA para apoiar nessa ação fundamental na questão da convivência com os  
20   processos de desertificação.

21   **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA)** – Respondendo aos questionamentos do Sr.  
22   Procópio Lucena, falou do mal entendimento que causa a falta de articulação e divulgação  
23   das ações voltadas à convivência com o semiárido e o combate à desertificação, porque  
24   muitas vezes as atividades estão sendo realizadas, mas não se faz a correlação com o tema,  
25   apesar de estarem contribuindo para o combate à desertificação.

26   **O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Organização Caatinga)** – Falou sobre a  
27   Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca, da  
28   importância deste espaço e oportunidade, e da importância da regulamentação e  
29   implementação dessa política. Citou a seca histórica pela qual a região semiárida do Brasil

30 está passando, com a diminuição das chuvas, aumento de temperatura, consequentemente  
31 degradação dos solos. Ressaltou que apesar dessa grande seca, as pessoas não estão  
32 morrendo de fome, devido ao conjunto de políticas públicas, de várias instituições de  
33 governo e em conjunto com a sociedade, que têm sinergia com a convivência com o  
34 semiárido e o combate à desertificação, apesar de não haver uma visibilidade como tal.  
35 Reforçou a necessidade de interlocução da CNCD com a Comissão da Política Nacional de  
36 Agroecologia, com o Condraf, com o Consea, com diversos espaços. Falou que já que a  
37 política agora está criada, a sua regulamentação e a sua implementação passa pela  
38 construção a partir da CNCD, envolvendo outros atores. Finalizou sua intervenção  
39 ressaltando a importância do manejo sustentável para conservação de solos e água, citados  
40 como prioridades de ação pelo Sr. Francisco Campello e reforçando a necessidade de  
41 regulamentação da Política e de um plano para sua implementação.

42 **O SR. JOÃO GONÇALVES (Ipêterrás)** – Sugeriu que a Secretaria-Executiva da  
43 comissão identificasse as ações que dialogam com a questão da desertificação nos diversos  
44 programas do governo, e disponibilizasse para os membros da CNCD.

45 **O SR. ELISEU JOSÉ DE OLIVEIRA (CAA/NM)** – Fez referência ao que já havia sido  
46 comentado sobre a importância de aproveitar de todos as oportunidades para divulgar a  
47 questão de combate à desertificação, citando como exemplo a Rede ASA que, na  
48 implementação das tecnologias P1MC e P1+2 promove vários cursos, reunindo centenas de  
49 agricultores, e os monitores destes cursos poderiam ser capacitados para trabalhar nesta  
50 lógica de fazer a conexão dos vários temas com a questão do combate à desertificação. E  
51 também falou que a CNCD precisa achar uma estratégia de como divulgar, levar essa  
52 questão até as comunidades ou até aos Governos Estaduais e Municipais, para evitar o  
53 avanço dos processos de desertificação.

54 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA)** – Concordou com as falas anteriores, e  
55 respondendo ao Sr. João Gonçalves, lembrou que no PPA vigente foi feito um esforço do  
56 DCD/SEDR/MMA com o Ministério do Planejamento, onde foram identificados os  
57 programas transversais para o combate à desertificação. E no relatório nacional produzido  
58 para envio à UNCCD, relatando a implementação da convenção no Brasil, foi feita uma  
59 sistematização dos resultados e avanços desses programas. A fragilidade está na falta de  
60 visibilidade. Exemplificou com as ações de ATER para a convivência com o semiárido,  
61 que é uma iniciativa para o combate à desertificação, mas não aparece esse vínculo, esta  
62 articulação entre as políticas. O Planapo é uma política de agroecologia, e veio do  
63 semiárido o primeiro grande esforço para uma ação de agroecologia, já pensando em uma  
64 ação de convivência, apesar de não estar claro no PLANAPO que é uma ação de combate à  
65 desertificação.

66 **O SR. BERANGER ARAÚJO (Paraíba)** – Falou da implementação do PAE/PB, com  
67 uma visão estratégica. Deu o exemplo do incentivo à elaboração do CAR, o Cadastro  
68 Ambiental Rural, como estratégia de combate à desertificação, pois com o CAR pode-se  
69 saber quais são os recursos ambientais que ainda restam, sobretudo na Caatinga. Então,  
70 existe esta dimensão holística de combate à desertificação, permeando as ações do Governo  
71 na área ambiental, sobretudo, nas áreas suscetíveis à desertificação. E falou da comissão  
72 criada para discutir o PRA, ressaltando que o mesmo é de grande importância para o  
73 combate à desertificação. Falou que também está sendo contratada uma empresa para fazer  
74 o Inventário Florestal do estado da Paraíba. Falou do trabalho que o estado está fazendo

75 conjuntamente com a Comissão Nacional de Combate à Desertificação e com o parque  
76 Tecnológico do Estado da Paraíba na área de eficiência energética dos fornos de produção  
77 da cerâmica vermelha, e com o uso de fornos eficientes, o consumo caiu de 2 para 0,47  
78 metros de lenha para queimar um milheiro de telhas. Ressaltou que este é um trabalho de  
79 combate à desertificação de significância nacional, fruto de manejo florestal, e nesta  
80 parceria o sistema ambiental da Paraíba para o licenciamento, fiscalização e  
81 acompanhamento do manejo florestal na Caatinga também é fortalecido. Falou também do  
82 esforço para criação, em parceria com o MMA, do Parque Nacional da Serra do Teixeira,  
83 além da criação de uma unidade de conservação estadual que está sendo chamada de Serras  
84 das Águas Sertanejas. Disse ainda que está sendo aberta a licitação para o Zoneamento  
85 Ecológico Econômico para 44 Municípios mais afetados pela desertificação na Paraíba,  
86 com ênfase no uso sustentável dos recursos ambientais. Citou a Rede Estações  
87 Meteorológicas, junto com ANA e Inmet que está sendo implantada na Paraíba, dando  
88 condições de se fazer um estudo mais completo sobre o clima.

89 **O SR. FRANCISCO DE ASSIS BATISTA (ACB)** – Falou da criação do Fórum  
90 Araripe de Prevenção e Combate à Desertificação Permanente, na região do Cariri, há  
91 cerca de 15 anos, já discutindo a questão da degradação dos solos e enfrentando dificuldade  
92 nas questões dos sistemas agroflorestais, que na opinião de muitos não era adequado à  
93 caatinga. Falou também da discussão atual que está acontecendo no Ceará, sobre a terceira  
94 água, com apoio do Governo do Estado para reuso de água nas casas, num sistema caseiro,  
95 talvez comunitário.

96 **O SR. CAMILO SOUZA (Codevasf)** – Sugeriu que os ofícios de convocação das  
97 reuniões da CNCD fossem enviados, além dos e-mails aos representantes das instituições,  
98 mas também impresso, sendo esta uma forma de divulgação interna do trabalho da  
99 Comissão nas instituições participantes. Sugeriu também que cada representante informasse  
100 aos outros membros da comissão sobre as atividades em andamento, para que pudesse ser  
101 feito um banco de dados para a Comissão, além de solicitar a divulgação das reuniões pela  
102 ASCOM/MMA.

103 **A SR<sup>a</sup>. ELESSANDRA ARAÚJO (CDECMA/AL)** – Referindo-se ao Atlas Mundial de  
104 Solos, apresentado pela FAO no dia anterior, sobre degradação de solos, ressaltou que o  
105 uso inadequado do solo continuará enquanto o poder público continuar financiando ações  
106 de insustentabilidade, como o uso de sementes transgênicas, agrotóxicos, irrigação  
107 inadequada, que aumenta a salinidade do solo. Lamentou a falta de visibilidade e falta de  
108 recursos da agenda ambiental, e que é preciso estar fazendo parcerias para a implementação  
109 de alguns projetos. Lembrou que programas de combate à desertificação estão diminuindo  
110 na região do semiárido, a exemplo das ações que a ASA vem desenvolvendo através dos  
111 Programas P1MC e P1+2, por falta de recursos, ajuste fiscal e que a população já está  
112 sentindo os efeitos. E disse que são louváveis as ações desenvolvidas pela equipe de  
113 combate à desertificação, mas quando se olha o cenário da desertificação no País, percebe-  
114 se as ações ainda são pequenas diante da degradação da terra que está posta. Falou da  
115 exposição fotográfica mostrando boas práticas de combate à desertificação, reconhecendo  
116 os trabalhos mostrados, que vêm sendo executados, mas que ainda são poucos diante dos  
117 problemas ambientais do semiárido.

118 **O SR. FRANCISCO CAMPOLLO (MMA)** – Respondendo aos comentários anteriores,  
119 falou do esforço para comunicação, tanto internamente na CNCD como no MMA, e que

120 todo o trabalho que vem sendo feito pelo Departamento de Combate à Desertificação está  
121 sendo alvo da pauta de comunicação do Ministério, apesar de infelizmente não haver  
122 divulgação pela grande mídia. Falou também da estruturação de uma equipe para trabalhar  
123 na Secretaria Executiva da CNCD, para cuidar da organização das reuniões e atividades  
124 decorrentes das deliberações, juntamente a um esforço de fortalecer a estrutura do  
125 departamento. Passou ao ponto de pauta seguinte, sobre a estratégia para regulamentação da  
126 Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca,  
127 recentemente aprovada.

128 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Falou do texto da Política onde está  
129 posto que a CNCD “poderá ser criada”, e da preocupação de que essa Comissão tenha  
130 validade de continuar existindo a partir do decreto de criação, de 2008, e as necessárias  
131 adequações e ajustes à Política aprovada. Perguntou se havia algum parecer da Consultoria  
132 Jurídica do MMA sobre o assunto, e disse que a sociedade civil tinha uma proposta para a  
133 construção desse processo de regulamentação.

134 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA)** – Disse que ainda não havia uma resposta  
135 formal sobre a consulta que foi feita, que seria necessário aguardar.

136 **O SR. RICARDO PADILHA (MMA)** – Falou da longa tramitação do texto do PL de  
137 criação da Política no Congresso Nacional, cerca de 10 anos até sua aprovação, e ao final,  
138 se houvesse mais alterações no texto, seria mais difícil conseguir aprová-la. E a opção mais  
139 sensata pareceu a todos e, inclusive todos foram consultados, é de que aprovasse com  
140 algumas eventuais falhas. Disse que o entendimento, segundo a Consultoria do Senado e de  
141 todos os presentes na última negociação, é de que o Congresso Nacional não pode  
142 determinar estruturas para o Poder Executivo. Então, o termo “a comissão poderá ser  
143 criada” está para assegurar o texto de criação da Comissão. Falou do entendimento de que a  
144 Comissão atual continua existindo, não foi extinta porque não entra em contradição com a  
145 lei, e o que é necessário agora é, à luz da lei, adequar a CNCD.

146 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Fez uma proposta, pela sociedade civil,  
147 que após o parecer da CONJUR/MMA com o entendimento jurídico sobre a  
148 criação/regulamentação da CNCD, que todos os membros atuais da sociedade civil na  
149 Comissão fossem mantidos por mais 2 anos para aprofundar o debate, inclusive a  
150 metodologia de eleição para a transição e mudança de composição, que poderia ser  
151 alterada. Falou também da regulamentação da política, e da proposta de criação de uma  
152 Câmara Técnica específica, temporária, para estudar e propor uma regulamentação da lei,  
153 com o apoio da assessoria jurídica e parlamentar, e fazer uma tentativa de finalizar o  
154 trabalho e lançar a regulamentação da política no dia 17 de junho de 2016, em um estado do  
155 semiárido.

156 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA)** – Fez a contagem dos participantes da  
157 reunião para assegurar se havia quórum para deliberar. Observou que estava sendo proposta  
158 uma Câmara Técnica Especial Temporária e que na CNCD já existem Câmaras Técnicas  
159 que poderiam abrigar este trabalho.

160 **A SR<sup>a</sup>. LUCIANA VALADARES (MMA)** – Propôs que a sugestão para o trabalho de  
161 regulamentação da política fosse mantido, porém na Câmara Técnica de Legislação que já  
162 existia na estrutura Comissão. Que poderia ser criado um Grupo de Trabalho específico  
163 para regulamentação da política dentro dessa Câmara Técnica, dando continuidade aos  
164 trabalhos com a regulamentação que está sendo proposta. Lembrou que a composição da

165 Câmara Técnica é aberta, que a qualquer tempo pode se agregar novas pessoas, e os  
166 membros que já participavam poderiam continuar, e os que quiserem contribuir a partir de  
167 agora poderiam agregar o GT, observando o limite de 17 pessoas por Câmara Técnica.

168 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Insistiu que uma comissão que fosse  
169 criada para este objetivo não ficasse vinculada à Câmara Técnica nenhuma, com autonomia  
170 para atuar, para cuidar única e exclusivamente da regulamentação da política sem  
171 dependência de uma Câmara Técnica que tem um quórum para reunir, e que até hoje não  
172 funcionou.

173 **A SR<sup>a</sup>. LUCIANA VALADARES (MMA)** – Falou que a plenária poderia ponderar e  
174 deliberar sobre isso, e sendo aprovada não haveria problema algum para a secretaria  
175 executiva da CNCD.

176 **O SR. CAMILO SOUZA (Codevasf)** – Falou que seria pertinente a criação de um Grupo  
177 de Trabalho na Câmara Técnica de Legislação, que seria um ganho muito grande para a  
178 Comissão em vez de criar uma outra Comissão.

179 **A SR<sup>a</sup>. ELESSANDRA ARAÚJO (CDECMA/AL)** – Disse que esse fortalecimento viria  
180 ao longo do tempo, porque até o presente momento os participantes das Câmaras Técnicas  
181 não tinham avançado muito nos trabalhos.

182 **O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Associação Caatinga)** – Disse que a questão  
183 era tomar uma decisão no sentido de iniciar um processo e terminar com agilidade, e que  
184 havia uma confluência com a ideia da Câmara Técnica já que a mesma não é estática em  
185 termos de membros. Que a Câmara Técnica poderia incorporar os três nomes propostos  
186 pela sociedade civil e trabalhar com os membros atuais e outros que queiram participar.  
187 Disse que não havia contradição com a proposta feita pelo Sr. Procópio, em nome da  
188 sociedade civil. Acrescentou que a criação de um GT específico, com tempo determinado  
189 poderia ser criado no âmbito da Câmara Técnica.

190 **O SR. FELIPE COSTA (Divisão de Meio Ambiente - Itamaraty)** – Propôs que se  
191 deixasse aberta a possibilidade de que Ministérios ou Estados que não estavam presentes na  
192 reunião pudessem demonstrar interesse em participar, flexibilizando para que as  
193 instituições possam indicar os seus representantes para participar desse grupo.

194 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Falou da necessidade de  
195 regulamentação da Política e da discussão do formato para agilizar a regulamentação. Disse  
196 que a sociedade civil havia se reunido e que o entendimento era de que o melhor caminho  
197 seria a criação de uma Comissão temporária, com datas de início e fim para preparar uma  
198 proposta, entre fevereiro e maio de 2016. Propôs que essa comissão fosse pequena, com 3  
199 representantes da sociedade civil e mais 3 ou 4 representantes do governo, além do  
200 Secretário Executivo da CNCD, Sr. Francisco Campello, e que depois a minuta de proposta  
201 de regulamentação seria encaminhada para os demais integrantes, para consulta e  
202 contribuições.

203 **O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS (ANA)** – Questionou a proposta do Sr.  
204 Procópio, pedindo para esclarecer se a proposta era uma Comissão de Sistematização,  
205 porque aí haveria diálogo com a CNCD como um todo, essa Comissão faria a  
206 sistematização das contribuições, dando oportunidade de participação para os demais  
207 membros da CNCD que não estiverem representados na Comissão proposta.

208 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Concordou que a Comissão seria para  
209 formulação, sistematização e apresentação do resultado dos trabalhos em uma reunião da  
210 CNCD, para então encaminhar a proposta ao Governo.

211 **A SR<sup>a</sup>. LUCIANA (MMA)** – Propôs uma questão de ordem, já que seria necessário  
212 primeiro deliberar como seria o formato desse grupo, já que havia um consenso pela sua  
213 criação. Uma das possibilidades seria a criação de um Grupo de Trabalho dentro da Câmara  
214 Técnica de gestão, articulação e legislação já instituída, que fortaleceria o trabalho da  
215 CNCD, dentro de uma Câmara Técnica já institucionalizada, considerando que existe hoje  
216 nesse trabalho o comprometimento, o interesse e a vontade das pessoas de participar, seria  
217 uma boa oportunidade para o fortalecimento dessas Câmaras Técnicas que já foram  
218 instituídas e até hoje não contaram com envolvimento suficiente para tocar à frente os  
219 trabalhos que foram postos. Outra possibilidade era a criação de uma Comissão fora de  
220 tudo que já foi instituído antes na CNCD. Depois poderia ser decidida a composição,  
221 inclusive socializando com os membros que não estavam presentes na reunião para saber se  
222 mais alguém teria o interesse de contribuir e, além disso, quando houver uma proposta de  
223 regulamentação, seria enviada para que todos pudesse contribuir nessa minuta antes de  
224 fechar o texto numa reunião extraordinária da CNCD.

225 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Disse que a sociedade civil não queria  
226 uma Comissão para ficar vinculada a uma Câmara Técnica, e que o caminho mais curto e  
227 mais eficiente seria a criação de uma Comissão específica, temporária, para começar em  
228 fevereiro e terminar em abril/maio, para sistematizar, mobilizar, organizar a proposta que  
229 seria apresentada à CNCD. Disse que os trabalhos deveriam estar prontos e aprovados no  
230 dia 17 de junho.

231 **A SR<sup>a</sup>. LUCIANA (MMA)** – Colocou a proposta de criação da nova Câmara Técnica  
232 temporária para regulamentação da Política Nacional para deliberação, que foi aprovada  
233 por 13 dos 15 membros votantes presentes. Informou que a Secretaria-Executiva realizaria  
234 os trâmites para publicação no Diário oficial da União, para o início dos trabalhos a partir  
235 de fevereiro.

236 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Quanto à composição da Câmara  
237 Técnica, propôs os nomes da Sra. Elessandra, Paulo Pedro e seu próprio nome pela  
238 sociedade civil. Disse ainda que propunha o nome do Sr. Francisco Campello e mais 3  
239 representações do Governo federal, e que as consultas seriam feitas a todos os Governos  
240 Estaduais, e a todos os membros que compõem a CNCD.

241 **A SR<sup>a</sup>. LUCIANA (MMA)** – Abriu para os membros das outras instituições que não são  
242 da sociedade civil, que tivessem interesse de fazer parte dessa Câmara Técnica Temporária,  
243 e se manifestaram o Sr. Camilo, da Codevasf, o Sr. Beranger, do governo do estado da  
244 Paraíba e o Sr. Telmo, representante do governo do estado do Maranhão.

245 **O SR. FELIPE COSTA (Divisão de Meio Ambiente Itamaraty)** – Disse que ponto de  
246 vista das relações exteriores não seria o caso de participar dessa regulamentação, mas que  
247 talvez fosse importante que fosse aberto a outros órgãos e outros Ministérios que não  
248 estavam presentes para participarem dessa comissão.

249 **A SR<sup>a</sup>. LUCIANA (MMA)** – Disse que a criação dessa Câmara Técnica poderia ser  
250 informada a todos os membros da CNCD, solicitando a manifestação do interesse em  
251 participar daqueles que estavam ausentes.

252 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Sugeriu contatar os representantes do MDS,  
253 por conta dos trabalhos que estão sendo feitos de forma articulada para superação da  
254 pobreza e a gestão ambiental no país, em um esforço permanente, para saber se os mesmos  
255 se interessariam em participar da regulamentação da lei.

256 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Falou que todos que tiverem interesse  
257 poderiam participar, mas que a responsabilidade pela condução e conclusão dos trabalhos  
258 no prazo determinado seria dos 7 membros já propostos anteriormente.

259 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Tendo sido aprovado, encerrou a primeira  
260 parte da reunião.

261

262 *(Intervalo para o almoço)*

263

264 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Apresentou a minuta de Resolução da CNCD  
265 para criação da Câmara Técnica temporária para regulamentação da Política Nacional de  
266 Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, elaborada durante o horário do  
267 almoço, para leitura e comentários dos membros da CNCD. Após as discussões o texto foi  
268 consolidado.

269 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Passou a palavra ao Sr. Felipe Costa,  
270 representante do DEMA/MRE e ponto focal político do Brasil na UNCCD, para que  
271 fossem informados os resultados da participação da delegação brasileira na COP 12 da  
272 UNCCD.

273 **O SR. FELIPE COSTA (Divisão de Meio Ambiente Itamaraty)** – Agradeceu o convite  
274 do Diretor Francisco Campello e demais membros da CNCD para participar da reunião, e  
275 também a participação dos colegas do MMA na COP 12 da UNCCD, de maneira  
276 coordenada com o MRE, possibilitando uma participação efetiva do Brasil, apesar de serem  
277 poucos, conseguiram limitar os grupos de negociação para que pudessem estar presentes  
278 em todos os grupos de negociação, isso foi um dos temas debatidos, porque eram muitos  
279 grupos de discussões abertos simultaneamente. Fez um resumo com os principais temas  
280 tratados na 12ª Convenção das Partes da Convenção das Nações Unidas para Combate à  
281 Desertificação - UNCCD, que aconteceu na Turquia de 12 a 23 de outubro de 2015. Falou  
282 que um dos temas que o Brasil tem procurado enfatizar na Convenção seria trazer a  
283 Convenção para mais perto da realidade das pessoas que vivem nas regiões áridas,  
284 semiáridas e subúmidas secas. Citou como um dos resultados dessa Convenção e dessa  
285 atuação recente o lançamento da publicação “Living Land”, apresentada no dia anterior por  
286 ocasião da comemoração do Dia Internacional dos Solos, em que as Ministras Izabella  
287 Teixeira e Tereza Campelo fizeram uma declaração conjunta, e as equipes do MMA e MDS  
288 escreveram um artigo sobre as experiências de combate à pobreza e à desertificação no  
289 semiárido brasileiro, ressaltando que o livro está disponível na internet. Enfatizou que o  
290 Brasil tem muitas experiências de boas práticas no campo e que devem ser mostradas.  
291 Lembrou dos 5 anos de estiagem que o semiárido brasileiro vem enfrentando, mas que  
292 graças a programas como o de construção de um milhão de cisternas e uma série de  
293 políticas e tecnologias sociais que foram adotadas garantem a resiliência, a convivência  
294 dessas populações com a seca. Em países que não avançaram tanto quanto o Brasil na  
295 implementação das boas práticas, quando ocorrem as secas, sem as cisternas ou outra forma  
296 de convivência, ocorrem migrações e uma série de problemas e até a perda de vidas para

297 essas populações. Falou da cooperação com os países de língua portuguesa, através da qual  
298 o DCD/SEDR/MMA vem promovendo o intercâmbio de experiências em boas práticas e  
299 tecnologias sociais. Comentou que durante a COP 12, além da programação oficial, a  
300 equipe do MMA participou de reuniões com a FAO e com o PNUD, garantindo a execução  
301 de projetos de cooperação com recursos do GEF no Brasil, importantes no cenário de  
302 restrições fiscais, possibilitando uma série de atividades graças a esse empenho e essa  
303 cooperação do Diretor Francisco Campello. Comentou que um dos grandes temas que tem  
304 sido um dos eixos de tensão entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos  
305 diz respeito à ampliação do escopo da Convenção, onde os países desenvolvidos defendem  
306 que a Convenção tem que ampliar o seu mandato e cuidar de todos os tipos de solo, porque  
307 a degradação ocorre em todos os tipos de solo. E que o Brasil tem argumentado que esse  
308 debate existe no âmbito da ONU, para os objetivos de desenvolvimento sustentável, mas  
309 que na Convenção de Combate à Desertificação essa questão da degradação de terras não  
310 pode se tornar o único elemento, que não se pode tirar da Convenção toda a questão de  
311 desertificação e da seca. A seca hoje mais que nunca se mostra extremamente significativa  
312 no Brasil e de grande relevância não apenas nas áreas semiáridas. Então, um dos grandes  
313 temas foi evitar esse desvirtuamento da convenção, e houve muito debate sobre os objetivos  
314 de desenvolvimento sustentável para 2030 que inclui a meta de neutralidade da degradação  
315 de solos, mas não se pode mudar o escopo da Convenção por conta dessas novas metas de  
316 2030. Outra questão que o Brasil sempre leva é a necessidade de financiamento. Os países  
317 industrializados têm defendido promover a neutralidade da degradação de terras e o Brasil  
318 sempre cobra junto com os países em desenvolvimento, o financiamento, os meios de  
319 implementação desses esforços para se alcançar a neutralidade da degradação de terras.  
320 Lembrou que a partir dos relatórios nacionais, foi informado que no último biênio,  
321 2012/2013, as organizações internacionais destinaram 5,1 bilhões para os temas da  
322 Convenção. Os países desenvolvidos destinaram 5,6 bilhões, e os países em  
323 desenvolvimento 123 bilhões, ou seja, eles não gastam nem um décimo do que os países  
324 afetados gastam no combate à desertificação. Além das questões financeiras, lembrou que  
325 existe um déficit de aplicação da Convenção, e com a ampliação das áreas de atuação, as  
326 áreas vulneráveis, as populações mais frágeis que estão nas áreas áridas, semiáridas e  
327 subúmidas secas não serão prioridade para aplicação dos recursos. Chegou-se a um  
328 consenso de adoção de metas voluntárias por parte dos países que assim o desejarem.  
329 Passou para outro tema, sobre o funcionamento da convenção, e a intenção do secretariado  
330 de acabar com as reuniões do Comitê de Revisão da Implementação - CRIC, retirando  
331 assim a participação dos países de discussões importantes na implementação da UNCCD.  
332 Consegiu-se manter as reuniões do CRIC e também foi criado um Grupo de Trabalho para  
333 avaliar o novo marco estratégico da UNCCD, já que a estratégia decenal em vigor vence  
334 em breve, corresponde mais ou menos ao período dessa COP, e o próximo plano estratégico  
335 vai ser elaborado. Muitos se preocupam com os custos de eventuais mudanças, ou seja,  
336 todos os países têm planos nacionais que já foram alinhados com a atual estratégia de  
337 implementação da Convenção. É possível que haja mudanças e é possível que a  
338 neutralidade da degradação de terras se torne algo que mobiliza recursos financeiros. Então,  
339 deve-se cuidar para que neste novo plano estratégico da convenção, não se perca de vista o  
340 combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca e só se fale em neutralidade de  
341 degradação de terras. Outro tema discutido foi a regra 47, que o secretariado da convenção

342 queria flexibilizar para que as decisões não fossem mais tomadas por consenso, e o Brasil  
343 lutou contra. A UNCCD sempre decidiu por consenso, as organizações decidem por  
344 consenso, e foi conseguido que a regra de decisão por consenso fosse preservada. Com  
345 relação ao orçamento, informou que tendo em conta as restrições financeiras pelas quais  
346 todos os Países estão passando, decidiu-se não aumentar o orçamento, tendo sido  
347 preservado o orçamento do ano anterior para a Convenção. Comentou que o Brasil se  
348 coordenou bastante com os países da América Latina e Caribe - Grulac. Falou do evento  
349 paralelo organizado pelo Brasil, comentando que mesmo com uma delegação muito  
350 compacta, o Brasil conseguiu resultados favoráveis de preservar o foco da Convenção e  
351 tentar fazer a Convenção mais próxima da realidade das pessoas para que não fique só no  
352 papel, implementando ações concretas. Falou ainda da cobrança ao mecanismo global, que  
353 não tem exercido o seu papel, que é buscar parceiros internacionais para financiamento  
354 de projetos nacionais, e que se o mecanismo global conseguir fazer essa tarefa a UNCCD  
355 ganha um pouco de relevância, no Brasil e em outros países no minuto que começar a se  
356 aproximar de ações concretas e o mecanismo global começar a funcionar e gerar recursos e  
357 encontrar parceiros para projetos nacionais.

358 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Complementou o relato do Sr. Felipe Costa,  
359 falando sobre a publicação do livro “Living Land”, com relatos das boas práticas de mais  
360 de 80 países signatários da Convenção, com mensagem ministerial das ministras Izabella  
361 Teixeira e de Tereza Campello. E falou sobre o artigo enviado pelo Brasil, focando na ação  
362 articulada entre a superação da pobreza, a convivência com o semiárido, as ações para o  
363 combate à desertificação, buscando de forma bem sintética, mostrar as ações para  
364 segurança hídrica, falando sobre as cisternas, as ações para a agroecologia no semiárido e  
365 para a questão do solo e do uso dos recursos florestais. O Brasil talvez seja um dos poucos  
366 países que tem a experiência de manejo florestal comunitário, sendo esse um destaque, um  
367 diferencial do trabalho do Brasil, que está inserido nas políticas públicas. O artigo mostrou  
368 que de fato existe uma açãoposta na região semiárida para o combate à desertificação.  
369 Falou também do evento paralelo do Brasil na COP 12, em parceria com a ASA, mostrando  
370 de forma mais detalhada como vem sendo essa iniciativa, e o Sr. Paulo Pedro, da ASA teve  
371 a oportunidade de fazer uma intervenção nesse evento paralelo, mostrando as iniciativas da  
372 sociedade, muitas delas apoiadas pelo governo. Falou do papel extremamente importante  
373 nas negociações durante a COP 12, desempenhado pelo Itamaraty e relatou a cooperação  
374 com os países de língua portuguesa, onde foi criada uma plataforma técnica de cooperação.  
375 Falou de um pedido formal para que o Brasil dê um curso de conservação de solos em  
376 Portugal, para os países de língua portuguesa. Falou da articulação para tentar assegurar  
377 recursos junto ao mecanismo global para apoiar a parceria com os países de língua  
378 portuguesa. Falou também do apoio a uma parceria que a ASA vem desenvolvendo com a  
379 rede Drynet, que abrange 10 países, um projeto para avaliar o impacto da agroecologia nos  
380 ambientes semiáridos, assegurando a contrapartida necessária para que esse trabalho  
381 pudesse continuar sendo feito no Brasil, pela importância da mensuração do valor da  
382 agroecologia para a combate à desertificação. Falou da reunião com o ponto focal da  
383 Turquia, o Diretor de Florestas, para discutir como as iniciativas do Brasil podem se somar  
384 à iniciativa de Ancara. Falou da participação do Sr. Paulo Pedro, representando a sociedade  
385 civil do Brasil em um pronunciamento em Plenária. Falou de uma proposta estratégica de  
386 formar quadros técnicos da sociedade civil, que estão no dia-a-dia da implementação das

387 políticas públicas no campo para que eles pudessem se preparar em outro idioma para essa  
388 experiência brasileira poder ser difundida fora do país. Seria um programa de formação de  
389 corpo técnico, num primeiro momento ter um grupo selecionado, que vai receber um apoio  
390 para se qualificar em uma língua estrangeira e se aperfeiçoar nas metodologias de  
391 transferência de tecnologia, no Brasil, e em um segundo momento esse grupo iria para um  
392 país estrangeiro levar o conhecimento e se aperfeiçoar no idioma, para o Brasil se preparar  
393 no médio prazo, para ter futuros interlocutores na UNCCD, dada a importância de se ter  
394 pessoas com o pé na realidade discutindo a Convenção. Finalizou mencionando que está  
395 sendo montada uma estratégia para que o relatório nacional de implementação da UNCCD  
396 seja mais participativo e mais coerente.

397 **O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Organização Caatinga)** – Disse que essa  
398 sintonia da sociedade civil com o Governo Federal é algo muito produtivo, e nessa hora de  
399 defender o Brasil lá fora, essa união se fortalece mais ainda, tanto do ponto de vista de que  
400 é bom ter gente que fala a mesma língua e os mesmos costumes, estar junto, conversando,  
401 os entendimentos de fortalecer um ao outro no sentido de interagir, marcar a presença no  
402 evento, mas também preparar o campo também para fortalecer a ação aqui no Brasil.  
403 Comentou sobre a reunião com o Mecanismo Mundial e da parceria com a rede Drynet e  
404 sobre o evento paralelo, que contou com a audiência de 8 ou 9 países. Comentou que falou  
405 com a Secretaria Executiva da UNCCD sobre o reconhecimento dos conhecimentos  
406 tradicionais pela UNCCD, inclusive nos espaços do CCT, o Comitê de Ciência e  
407 Tecnologia, como ciência também, ao que ela respondeu que estava bem contemplado, que  
408 estava atenta para isso, dizendo também entender que o Brasil também vem defendendo  
409 esse reconhecimento, até porque a Convenção diz que para que ter a implementação efetiva  
410 nos países é necessário que haja uma participação efetiva da sociedade civil com esses  
411 conhecimentos tradicionais. Falou do programa que está sendo pensado para intercâmbio, e  
412 não simplesmente transferência de tecnologia, porque há o entendimento de que  
413 conhecimentos se constroem, todo mundo tem conhecimento para trocar, é uma mão dupla  
414 quando se fala de conhecimento, um intercâmbio, e nesse sentido tem a ver com a língua,  
415 mas tem a ver também com a experiência do Brasil. Comentou que percebeu que o  
416 secretariado da UNCCD, na pessoa do Sr. Marcos Montoiro tem todo o interesse de apoiar  
417 a sociedade civil na participação nos eventos.

418 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Solicitou que o relato da participação  
419 do Brasil na COP 12 fosse encaminhado à Ministra Izabella Teixeira e à Presidência da  
420 República. Que a publicação Living Land fosse levada à Presidência, para mostrar o  
421 trabalho que vem sendo feito nesta área, lembrando da seca pela qual estava passando o  
422 semiárido, e a importância da atuação da sociedade civil, em parceria com o governo,  
423 criando resiliência e permitindo enfrentar esse período de seca sem ocupação de  
424 supermercados, sem saques, sem mortalidade, fluxos migratórios, fruto de um trabalho que  
425 nasceu das redes populares e de movimentos sociais. Solicitou que o relato fosse  
426 encaminhado à ASA para que fosse enviado de lá para o Governo, informando como foi,  
427 que deu significado e o que diferencia o Brasil na pauta da desertificação no mundo.

428 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Concordou em finalizar um relatório da  
429 participação do Brasil na COP 12 da UNCCD em conjunto com o DEMA/Itamaraty e ver  
430 com a Ministra Izabella Teixeira como encaminhar à presidência da república como

431 tentativa de assegurar os recursos para as ações conjuntas com a sociedade civil para a  
432 convivência com o semiárido, além do envio à ASA.

433 **O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Organização Caatinga)** – Falou de um  
434 evento que estava sendo proposto, organizado pela sociedade civil, com o apoio do estado e  
435 do DCD/SEDR/MMA. Também falou de uma cooperação com o DCD/SEDR/MMA para a  
436 viabilização de uma proposta de intercâmbio de experiências em boas práticas e do  
437 aperfeiçoamento em uma língua estrangeira para os participantes da sociedade civil no  
438 âmbito da implementação da UNCCD. Esta proposta seria formulada e apresentada na CE  
439 da ASA.

440 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Encerrou o ponto de pauta e passou a palavra  
441 ao Sr. Luiz Cavalcante, do INMET.

442 **O SR. LUIZ CAVALCANTE (Inmet)** – Falou que depois de 4 anos sem chuvas regulares  
443 no Nordeste, a tendência é de que ocorra mais um ano de seca, em 2016. Disse que no  
444 processo de luta contra a desertificação, sempre defendeu sempre a tese de que é o uso  
445 inadequado do solo a principal causa. Disse que analisando o histórico das chuvas no  
446 Nordeste, já ocorreram outras situações semelhantes, com 3 ou 4 anos de seca no começo  
447 da década de 1960 e de 1947 até 51. Então, é uma situação cíclica, com reflexos mais  
448 rigorosos no período que a população é maior, com consumo de água maior. Mostrou a  
449 análise da temperatura da superfície dos oceanos no mês de novembro, mostrando os  
450 valores de temperatura, bastante quente na área tropical, e o desvio da temperatura com  
451 relação aos valores médios indicando pontos com temperaturas com elevação de mais de  
452 três graus centígrados, indicando que o El Niño está atuando. Em função disso o  
453 comportamento dos ventos alísios provocando flutuações no clima em praticamente todo  
454 mundo, e no caso específico do nordeste do Brasil, lembrou que em uma apresentação  
455 anterior havia mostrado um prognóstico, antecipando esta atuação em dezembro. Mostrou  
456 uma figura indicando entre novembro de 2015 e janeiro de 2016 as temperaturas chegando  
457 a atingir três graus centígrados acima da média na parte tropical. Entre fevereiro e abril tem  
458 uma decaída. E entre maio e julho de 2016 ele cai para um grau, portanto, o El Niño  
459 persistindo em todo o período da estação chuvosa do Nordeste. Disse que a experiência  
460 mostra que sempre que acontece isso, ocorrem chuvas ou abaixo do normal ou muito  
461 irregulares no Nordeste. Mostrou um prognóstico utilizando plumas, vários modelos de  
462 vários serviços de meteorologia do mundo inteiro, indicando a tendência de ocorrência do  
463 El Niño, com as linhas sempre ficando acima de zero grau, de todos os modelos, de todos  
464 os países indicando lá uma tendência de ficar sempre positivo em outubro e novembro, com  
465 uma tendência de redução do desvio, portanto, ficando um grau acima da média no mês de  
466 julho. E alguns modelos até indicam o negativo, indicando a ocorrência do fenômeno La  
467 Niña, que é o oposto, provocando seca na região Sul, e muitas vezes excesso de chuva no  
468 Nordeste, porém já depois da estação chuvosa do Nordeste. Disse que nas duas últimas  
469 décadas está havendo uma repetição maior do El Niño do que em épocas passadas, que  
470 observando os gráficos dos últimos 20 anos, observava-se a ocorrência do El Niño a cada  
471 7/8 anos, e que agora está na faixa de 5/6 anos. Mostrou o prognóstico da distribuição de  
472 chuvas para os meses de janeiro, fevereiro e março, esclarecendo que o modelo estocástico  
473 é um prognóstico da distribuição de chuvas dinâmico, levando em consideração as séries  
474 históricas, e que este modelo estava mostrando que ocorreria uma redução das chuvas em  
475 termos médios nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016. Disse que seria feita uma

476 nova análise no mês de janeiro, para verificar a tendência de fevereiro, março e abril. Falou  
477 que a tendência é que 2016 seja dos 4 anos que está acontecendo seca, seja o mais rigoroso.  
478 Ressaltou que havia uma esperança, porque geralmente no mês de janeiro chove pouco  
479 mesmo, em fevereiro e março é que chove bastante, então o próximo prognóstico poderia  
480 mostrar uma situação um pouco melhor, mas pelo que estava previsto até então, a  
481 chance era de 60% de chover abaixo da média.

482 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Comentou que este prognóstico fortalecia a  
483 necessidade do cuidado com o manejo de solos para que a pouca chuva que venha, possa  
484 ser absorvida, e protegida da ação direta do sol, ou seja que fique retida dentro do solo.  
485 Perguntou ao Sr. Luiz Cavalcante como as pessoas poderiam ter acesso a essas  
486 informações.

487 **O SR. LUIZ CAVALCANTE (Inmet)** – Disse que na página do INMET os diagnósticos  
488 são atualizados a cada 10 dias e disponibilizados. Disse também que são feitas análises da  
489 situação das chuvas, através do boletim agroclimatológico, que também está na página do  
490 INMET, atualizado a cada 10 dias e a cada mês, é um diagnóstico dizendo se tem excesso  
491 ou déficit hídrico. Mostrou na página do INMET onde se vê a previsão sazonal, a previsão  
492 climática, o boletim que analisa a climatologia das regiões e o boletim mensal, que mostra  
493 uma análise da situação do solo, de quantidade de chuva, de temperatura, etc. Mostrou uma  
494 ferramenta nova do site, onde aparece um mapa que é um sistema desenvolvido para  
495 indicar onde vai ter uma variável meteorológica com excesso, como chuva, temperatura,  
496 umidade relativa do ar, ou outra.

497 **O SR. FRANCISCO DE ASSIS BATISTA (ACB)** – Alertou para o mau uso das águas  
498 subterrâneas com essa previsão de piorar a seca, enquanto isso em sua região não tem  
499 controle a questão de poço profundo, e instalação de balneários e o investimento em  
500 agricultura irrigada usando água do subsolo, podendo piorar a situação.

501 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Comentou que com o aumento da população  
502 e mudanças de hábito, somadas à praticidade da água na torneira, a população perdeu o  
503 cuidado que tinha com o uso da água, pela dificuldade de se trazer em carroças, baldes, etc.  
504 Alertou para a necessidade de uma ação de educação ambiental contextualizada, efetiva  
505 para a valorização da água, o reuso, etc.

506 **O SR. TELMO JOSÉ MENDES (Maranhão)** – Sugeriu o planejamento a médio e longo  
507 prazo e o direcionamento de recursos para o armazenamento de grandes volumes de água,  
508 para aproveitar as chuvas que vêm concentradas em um curto período.

509 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Sugeriu que a CNCD encaminhasse ao  
510 governo sua preocupação ante os prognósticos climáticos, e a necessidade de investimento  
511 no conjunto de ações para redução dos impactos da seca. Disse que mesmo em uma  
512 situação de poucas chuvas os pequenos reservatórios, como as cisternas e outros vão captar  
513 água. Então é necessário que o Governo Federal entenda que é fundamental continuar com  
514 os programas sociais que estão no semiárido, que não é hora de contingenciar recursos para  
515 esses programas.

516 **O SR. FRANCISCO DE ASSIS BATISTA (ACB)** – Alertou para o fato de que em  
517 grandes obras, açudes grandes, quanto maior, maior a evaporação. Que as ações para  
518 armazenamento de água têm que evitar essa perda por evaporação. Disse que nesse período  
519 de 4 anos de seca, a salvação da população tem sido as cisternas, enquanto os açudes  
520 grandes estão todos secos.

521 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Propôs que o Sr. Procópio, representando a  
522 sociedade civil, fizesse o encaminhamento ao desse documento ao governo, como foi  
523 proposto, enviando à Secretaria Executiva da CNCD, que poderia enviar aos governos  
524 estaduais.

525 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Disse que já havia um documento da  
526 ASA dizendo ao Governo as preocupações sobre o momento, inclusive cobrando a  
527 liberação dos recursos planejados para as ações da ASA (P1MC, P1+2), os diversos  
528 programas sociais e que as propostas poderiam ser incorporadas a esse documento da ASA,  
529 a ser encaminhado para a Presidência da República. Sugeriu que a CNCD reconhecesse  
530 esse documento e enviasse à Presidência.

531 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Comentou que uma grande contribuição que  
532 a CNCD poderia dar numa ação efetiva de implementação da Política Nacional de Combate  
533 à Desertificação seria enviar um documento nessa direção, mostrando que os avanços que  
534 foram feitos em cima das políticas sociais e a necessidade da sua manutenção, relatando os  
535 pontos que foram discutidos na reunião, as preocupações, o prognóstico do Inmet  
536 mostrando que precisa haver um cuidado emergencial e cuidar dessas questões abusivas  
537 que estão postas.

538 **A SR<sup>a</sup>. RITA (INPE)** – Fez a apresentação do Sistema de Alerta Precoce Contra a Seca e a  
539 Desertificação (SAP), em desenvolvimento no INPE em parceria com o MMA, com o  
540 objetivo de caracterizar e identificar áreas com maior potencial de  
541 degradação/desertificação. Disse que nesse sistema a preocupação não é em identificar o  
542 processo depois que ele está instalado no ambiente e sim os precursores que estão levando a  
543 desencadear o processo, e assim fornecer as estratégias para redução de degradação do solo  
544 e para formulação de ações, bem como servir como uma fonte de informação para a  
545 sociedade, e por esse motivo o site está sendo trabalhado para que todas as informações  
546 sejam acessíveis. Falou que a primeira etapa foi a seleção dos indicadores, sendo a etapa  
547 mais difícil, mais complicada, aconteceram várias reuniões com especialistas, e existem  
548 mais de 90 indicadores na literatura, mas deveriam ser escolhidos os mais importantes para  
549 desencadeamento de processos de degradação, que estivessem disponíveis para todo o  
550 semiárido, que é uma área de 1.800.000 Km<sup>2</sup>. Então, na primeira etapa foram selecionados  
551 esses indicadores. O próximo passo foi colocar os indicadores na mesma escala e na mesma  
552 resolução, o que demorou de 3 a 4 anos de trabalho se chegar a essa base de dados que está  
553 hoje no sistema. Foram então definidos índices, cada índice é composto por uma série de  
554 indicadores. Então, no caso, no índice de qualidade física do terreno são usados a  
555 declividade, geologia, geomorfologia, pedologia. Por isso era necessário ter todos os  
556 indicadores na mesma escala e resolução, para ser possível cruzar as informações. Para o  
557 índice de aridez, que é um índice climático, são levados em consideração o uso e cobertura  
558 da terra, pecuária, focos de queimadas e as unidades de conservação. No índice de  
559 qualidade social, que é a densidade da população rural, não foi considerada a urbana. E o  
560 IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. Com isso foram atribuídos pesos de  
561 vulnerabilidade e suscetibilidade à degradação de 1 a 2, onde o 1 é menos vulnerável e 2  
562 mais vulnerável. E o resultado foi um mapa, com o mesmo processo para os dados de 2000  
563 e 2010. Pode-se ver que as áreas degradadas aumentaram 4.6% de 2000 para 2010, e que as  
564 áreas que eram moderadamente suscetíveis, estão passando para alta, um dado preocupante.  
565 Dos índices gerados o manejo foi o que mais contribuiu para o aumento da suscetibilidade,

566 sendo que a agricultura, a pecuária e focos de queimadas estão inseridos aqui dentro desse  
567 índice e foi observado que foram os que mais aumentaram. Um dos dados que mais  
568 preocupam são as queimadas, que aumentaram de 26.000 focos para 73.000 de 2000 para  
569 2010, seguido do índice de aridez que também contribuiu para que essas áreas de alta  
570 suscetibilidade aumentassem. A segunda etapa foi exploração de cenários futuros de  
571 suscetibilidade, para isso foram gerados mapas de cenários de mudança de uso e cobertura  
572 da terra para 2040. Foram utilizadas a projeção de população que o IBGE fornece para  
573 2040 e o índice de aridez do ETA, que é o modelo utilizado no CPTEC. Nos cenários do  
574 ETA já aparecem áreas de clima árido, principalmente no Norte de Minas Gerais e Rio  
575 Grande do Norte em 2040. Mesmo no cenário otimista o Rio Grande do Norte, Sul do Piauí  
576 e Norte de Minas são áreas que tiveram um aumento grande de alta suscetibilidade. O  
577 mesmo foi observado no cenário pessimista, com a diferença que aí também está incluída  
578 toda a área de Mata Atlântica. No otimista considera-se a perda de apenas 2% de vegetação  
579 por ano, de 2010 até 2040. No cenário pessimista considera-se somente 3% vegetação em  
580 2040. A terceira fase do SAP, que está finalizando, está sendo trabalhada a vulnerabilidade  
581 da população. Para isso está sendo calculado um índice de vulnerabilidade a nível  
582 municipal, que é a exposição de grupos humanos ao estresse provocado por mudanças  
583 inesperadas e rupturas no sistema de vida, com uma variação das mudanças climáticas, por  
584 exemplo. O índice leva em consideração a população rural, taxa de crescimento  
585 populacional, densidade demográfica, proporção de pensionistas, proporção de  
586 envelhecimento da população, razão de sexo, regime de posse da terra, estabelecimentos  
587 rurais, além daqueles gerados na primeira fase de elaboração do SAP, que são os índices de  
588 qualidade. Nessa etapa também foi separada a Caatinga arbórea da herbácea, porque o peso  
589 de uma vegetação arbórea em suscetibilidade é menor do que uma área que tem caatinga  
590 herbácea, que vai estar muito mais suscetível à degradação do solo. Também foi feito um  
591 trabalho junto à Funceme, pegando toda a classificação antiga dos solos, passando para a  
592 classificação atual, gerando as tabelas até a quarta ordem de classificação dos solos e foi  
593 dado um peso de suscetibilidade também para essas classes. Foi feito o mesmo trabalho  
594 para a textura, profundidade, que também são elementos que entram na hora de cruzar as  
595 informações para gerar o mapa de suscetibilidade. Também foram atribuídos pesos ao  
596 relevo. Foi proposto que de 5 em 5 anos nós o mapa de uso e cobertura da terra seria  
597 atualizado. Serão detectadas as mudanças do uso do solo, o que é muito importante para  
598 determinar a concentração de carbono, com a metodologia baseada em diferença de bandas,  
599 pelo mapeamento de áreas antrópicas e naturais. E isso para cálculo de emissão de carbono  
600 também é importante. E o monitoramento das áreas de Fundo de Vale, que por serem as  
601 áreas que apresentam melhores condições hidrográficas e de solos mais propícios para a  
602 agricultura são as que consequentemente têm maior pressão demográfica, e devido aos  
603 impactos ambientais que isso pode causar, principalmente sobre os recursos renováveis, o  
604 SAP vai olhar com mais detalhe essas áreas. A intenção é mapear, definir as áreas de Fundo  
605 de Vale, depois será mais detalhado e se pensa em fazer o uso e cobertura de terra dessas  
606 áreas de 1 para 250.000, e para os Municípios inseridos nas áreas de Fundo de Vale está  
607 sendo aplicado o índice de pobreza hídrica. Mostrou no site como acessar os mapas, fazer  
608 comparações entre localidades, em consultas tanto para 2000 quanto para 2010 e disse que  
609 está sendo desenvolvida a parte de álgebra de mapas, que daí vai ser possível cruzar

610 informações, cada usuário poderá gerar seu próprio índice. Falou do módulo de tomadas de  
611 decisão do SAP, e as ferramentas para emissão de boletins, relatórios.

612 **A SR<sup>a</sup>. MARGARETH (Funceme/CE)** – Falou do trabalho em desenvolvimento na  
613 Funceme, que está sendo concluído o mapeamento das áreas fortemente degradadas,  
614 diferente do SAP, que mapeia as áreas suscetíveis, a Funceme está mostrando o que já está  
615 degradado, podendo ser considerado o marco zero da intensidade da desertificação dentro  
616 das ASD. Disse que estão concluindo com o CGEE, que já foram identificados cerca de  
617 70.500 quilômetros de áreas fortemente degradadas, sendo que algumas que estão muito  
618 degradadas estão praticamente sem recuperação. Disse que disponibilizaria este estudo,  
619 enviando os shapes para a Sra. Rita, para cruzamento com os demais dados do SAP.

620 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Disse que seria interessante não só disponibilizar para o  
621 INPE, mas também para o Inmet, para a Fundação (?), e fazer uma integração dessa  
622 questão. Falou que a maior preocupação não é exatamente no curto prazo a recuperação da  
623 área degradada, o problema da área degradada é que ela não vai fixar nenhuma água no  
624 solo, e que existem tecnologias, como o barramento com pedras, além de outras soluções.  
625 Frisou a fala do Sr. Telmo, do Maranhão, que falou da questão da evaporação, que faz com  
626 que o armazenamento de água em grandes reservatórios a céu aberto não seja uma solução  
627 adequada. A reservação de água pode ser no subsolo, na recuperação de áreas florestais.

628 **A SR<sup>a</sup>. MARGARETH (Funceme/CE)** – Contou que no projeto em execução em  
629 Jaguaribe, com boas práticas de conservação de solos, com uma chuva apenas de 70  
630 milímetros, foi armazenada água suficiente para fazer brotar toda a vegetação, inclusive  
631 aumentando três vezes a produção de mel de abelha, pelo aumento da floração. Então, essas  
632 pequenas tecnologias como terraços, barragens sucessivas, fizeram do solo um reservatório,  
633 armazenando a água da chuva, e 70 milímetros, foi o suficiente para o ciclo bom de  
634 vegetação.

635 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Observando o horário de saída de muitos dos  
636 presentes, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, dizendo que a secretaria-  
637 executiva da CNCD daria prosseguimento aos encaminhamentos da reunião, e propondo  
638 uma reunião específica para que o SAP absorva as preocupações de todos, e pediu à  
639 representante da Funceme para que fosse criada uma sinergia entre esses trabalhos.